



Demonstrações Financeiras

Intermediárias

em 31 de março de 2023

Balanco Patrimonial

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	4	2.422.758	2.361.031	3.450.392	3.162.546
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	2.203.993	2.754.126
Clientes	6	2.083.385	3.148.034	2.722.348	3.626.530
Tributos a compensar	7	128.592	171.371	317.097	340.766
Imposto de renda e contribuição social	8	12.679	13.530	187.513	101.478
Estoque de combustível nuclear	9	-	-	957.489	886.415
Almoxarifado		-	-	291.975	286.361
Outros	10	1.146.481	685.547	1.277.594	798.764
		5.793.895	6.379.513	11.408.401	11.956.986
NÃO CIRCULANTE					
Fundo para descomissionamento	11	-	-	2.730.925	2.561.274
Clientes	6	261.055	290.061	261.055	290.061
Tributos a compensar	7	-	-	28.556	27.542
Estoque de combustível nuclear	9	-	-	1.747.399	1.892.886
Cauções e depósitos vinculados	20.2	655	-	92.613	90.068
Outros	10	1.463.085	1.792.641	1.468.639	1.799.580
Investimento	12	6.435.836	6.255.805	1.446.430	1.320.406
Imobilizado	13	8.519	9.083	13.806.651	13.771.150
Intangível	14	-	-	565.518	577.052
		8.169.150	8.347.590	22.147.786	22.330.019
TOTAL DO ATIVO		13.963.045	14.727.103	33.556.187	34.287.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Balanco Patrimonial

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota	Controladora		Consolidado	
			31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE						
Fornecedores	15	2.584.508	3.814.216	3.456.693	4.852.166	
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	411.234	414.435	
Tributos a recolher	17	37.797	36.496	314.890	268.956	
Folha de pagamento e obrigações estimadas	18	2.909	1.789	290.967	275.378	
Provisões para litígios e passivos contingentes	20	-	-	118.679	104.515	
Benefício pós-emprego	21	-	-	5.034	5.330	
Incentivo de desligamento de pessoal		-	-	714	1.011	
Conta a pagar aquisição de investimentos	19	64.290	65.993	64.290	65.993	
Arrendamentos		2.254	2.234	27.755	27.645	
Previdência privada		-	-	23.567	21.469	
Energia Itaipu	28	451.211	318.760	451.211	318.760	
Encargos setoriais		-	-	59.447	45.420	
Dividendos declarados		25.954	25.150	25.954	25.150	
Ressarcimento de cliente - desvio negativo		-	-	123.566	151.026	
Outros	10	1.135.104	695.299	1.192.555	729.971	
		4.304.027	4.959.937	6.566.556	7.307.225	
NÃO CIRCULANTE						
Fornecedores	15	-	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	6.628.436	6.718.184	
Impostos diferidos	8.3	31.673	21.321	32.927	22.639	
Provisões para litígios e passivos contingentes	20	-	-	258.143	241.996	
Benefício pós-emprego	21	-	-	319.071	356.993	
Conta a pagar aquisição de investimentos	19	1.184.013	1.226.377	1.184.013	1.226.377	
Arrendamentos		6.762	7.333	55.069	58.773	
Previdência privada		-	-	178.498	177.178	
Obrigação para desmobilização de ativos	22	-	-	2.710.750	2.651.537	
Ressarcimento de cliente - desvio negativo		-	-	-	13.730	
Outros	10	1.463.085	1.792.006	1.464.958	1.793.680	
		2.685.533	3.047.037	12.831.865	13.261.087	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	23	6.323.492	6.323.492	6.323.492	6.323.492	
Reservas	23	80.745	80.745	80.745	80.745	
Lucros acumulado		247.632	-	247.632	-	
Ajustes de avaliação patrimonial		321.616	315.892	321.616	315.892	
		6.973.485	6.720.129	6.973.485	6.720.129	
Participação de acionistas não controladores		-	-	7.184.281	6.998.564	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.963.045	14.727.103	33.556.187	34.287.005	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstração de Resultado

Período de três meses findo em março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	Nota	Controladora		Consolidado
		31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023
Receita operacional bruta		50.246	-	1.302.391
(-) Deduções sobre a receita		(4.648)	-	(156.599)
Receita operacional líquida	24	45.598	-	1.145.792
Custos operacionais	25	-	-	(503.326)
RESULTADO BRUTO		45.598	-	642.466
Receitas / (Despesas) operacionais	26	(9.740)	(1.603)	(248.336)
Resultado da equivalência patrimonial	12	176.592	-	135.174
		166.852	(1.603)	(113.162)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		212.450	(1.603)	529.304
Receitas financeiras		57.253	68.732	244.153
Despesas financeiras		(15.560)	(7)	(241.614)
Variações cambiais		30.069	-	20.955
Resultado Financeiro	27	71.762	68.725	23.494
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		284.212	67.122	552.798
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(26.228)	(22.815)	(138.284)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(10.352)	-	(10.352)
LUCRO DO PERÍODO		247.632	44.307	404.162
Atribuível a:				
Acionistas controladores				247.632
Participação dos não controladores				156.530
				404.162
Lucro básico e diluído por ação em (R\$)	29	0,061908	0,01107675	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração do Resultado Abrangente
Período de três meses findo em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023
LUCRO DO PERÍODO	247.632	44.307	404.162
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Reserva de reavaliação, líquida dos impostos	64	-	64
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	12.525	-	41.712
	12.589	-	41.776
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado			
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	(6.865)	-	(6.865)
	(6.865)	-	(6.865)
Total do resultado abrangente do período	253.356	44.307	439.073
Atribuível a:			
Acionistas controladores			253.356
Participação dos não controladores			185.717
			439.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de três meses findo em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas		Lucros acumulados	Total controladora	Participação não controladores	Total consolidado
				Legal	Capital				
Em 04 de janeiro de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital subscrito	4.000.000	-	-	-	-	-	4.000.000	-	4.000.000
Lucro do período	-	-	-	-	-	44.307	44.307	-	44.307
Em 31 de março de 2022	4.000.000	-	-	-	-	44.307	4.044.307	-	4.044.307
Em 31 de dezembro de 2022	5.111.344	1.212.148	315.892	5.295	75.450	-	6.720.129	6.998.564	13.718.693
Lucro do período	-	-	-	-	-	247.632	247.632	156.530	404.162
<i>Outros resultados abrangentes</i>									
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	-	-	(6.865)	-	-	-	(6.865)	-	(6.865)
Reserva de reavaliação, líquida dos impostos	-	-	64	-	-	-	64	-	64
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	-	-	12.525	-	-	-	12.525	29.187	41.712
Total do resultado abrangente do período	-	-	5.724	-	-	247.632	253.356	185.717	439.073
Em 31 de Março de 2023	5.111.344	1.212.148	321.616	5.295	75.450	247.632	6.973.485	7.184.281	14.157.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de três meses findo em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		284.212	67.122	552.798
<u>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:</u>				
Depreciação	13	564	-	118.097
Amortização	14	-	-	3.301
Variações cambiais não realizadas financeiramente		(30.565)	-	(30.565)
Variações monetárias	27	-	-	3.886
Encargos de dívida		-	-	136.328
Equivalência patrimonial	12	(176.592)	-	(135.174)
Consumo de combustível nuclear		-	-	145.487
Rendimentos do fundo para desmobilização de ativos		-	-	(144.353)
Provisão para plano de incentivo de desligamento		-	-	(297)
Ajuste a valor presente para desmobilização de ativos	12	-	-	59.213
Provisões para contingências		-	-	30.311
Atualização selic dividendos		804	-	804
Outros		-	-	(2.043)
		78.423	67.122	737.793
<u>(Acréscimos)/decréscimos nos ativos/passivos operacionais</u>				
Clientes		1.093.655	-	1.386.095
Estoque de combustível nuclear		-	-	(66.856)
Almoxarifado		-	-	(5.614)
Tributos a compensar		50.189	-	50.731
Outros		113.168	245	122.240
Fornecedores		(1.229.641)	-	(1.859.562)
Impostos e taxas, exceto IRPJ		-	1.862	(160.690)
		27.371	2.107	(533.656)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(8)	(7.492)
Caixa líquido provenientes nas atividades operacionais		105.794	69.222	196.645
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de encargos financeiros		-	-	(126.299)
Recebimento de empréstimos e financiamentos		-	-	1.652
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		-	-	(104.630)
Contas a pagar aquisição de investimentos		(44.067)	-	(52.721)
Recebimento de aporte de capital	23	-	4.000.000	-
Caixa líquido proveniente (utilizado nas) das atividades de financiamento		(44.067)	4.000.000	(281.998)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de ativo imobilizado	12	-	-	(148.776)
Aquisição de ativo intangível	13	-	-	(2.861)
Aplicação/Resgate de títulos e valores mobiliários		-	-	524.836
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimento		-	-	373.199
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		61.727	4.069.222	287.846
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		2.361.031	-	3.162.546
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		2.422.758	4.069.222	3.450.392
		61.727	4.069.222	287.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar ("ENBPar" ou "Companhia" ou "Controladora") é uma empresa pública, organizada sob a forma de sociedade anônima. A Companhia foi criada a partir do Decreto nº 10.791, de 10 de setembro de 2021 e constituída em 04 de janeiro de 2022 com sua sede fixada no Centro Empresarial Parque da Cidade Corporate, Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704 e 705, Asa Sul, CEP 70.308-200, Brasília – Distrito Federal.

A Companhia tem como atividades manter sob o controle da União a operação das usinas nucleares e na produção relacionadas a extração de urânio no país, manter a titularidade do capital social e a aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu por órgão ou por entidade da administração pública federal, a fim de atender ao disposto no Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai ("Tratado de Itaipu"), gerir contratos de financiamento que utilizem os recursos da Reserva Global de Reversão – ("RGR"), operacionalização e gestão dos instrumentos contratuais dos programas Mais Luz para a Amazônia – ("MLA") e Luz para Todos – ("LPT"), administrar os bens da União – ("BUSA"), administrar o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – ("Procel") e gerir contratos de comercialização de energia gerada pelos empreendimentos contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – ("Proinfa").

Desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ("Eletrobras") e reflexos na ENBPar

Nos termos da Lei nº 14.182/2021 e da Resolução Programa de Parcerias de Investimentos ("CPPI") nº 203/2021, com as alterações da Resolução CPPI nº 221/2021, a desestatização da Eletrobras ocorreu em 17 de junho de 2022, conforme a 181ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras. Com isso, a ENBPar assumiu as atividades de agente de comercialização de energia elétrica de Itaipu Binacional ("Itaipu"), passou a ser o acionista controlador da Eletronuclear S.A - ("Eletronuclear"), por meio de aquisições de ações ordinárias e irá assumir até de junho de 2023 os gestão dos recursos relativos a fundos setoriais e programas governamentais.

Gestão dos recursos relativos a fundos setoriais e programas governamentais

A ENBPar passará a ser a gestora dos programas governamentais do setor elétrico, abaixo relacionados, os programas que serão transferidos da Eletrobras para a ENBPar dentro do período de 12 meses contados a partir da sua privatização, ocorrida em junho de 2022. Tais programas descrevemos a seguir:

✓ Luz para Todos – ("LPT")

De acordo com o Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, o programa governamental LPT tem como objetivo propiciar o atendimento de energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público. Para tanto, por força do Decreto nº 4.873/2003, a Eletrobras, por ainda não ter transferido o programa para a ENBPar, é a responsável pela gestão do programa LPT.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

Mais Luz para a Amazônia – (“MLA”)

De acordo com a Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, o Procel é um programa governamental criado com o objetivo de promover ações de eficiência energética em diversas áreas, tais como equipamentos, edificações, iluminação pública, indústrias e comércios.

✓ Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“Proinfa”)

O Proinfa foi criado, em 26 de abril de 2002, pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e suas alterações, e regulamentado através do Decreto nº 5.025/2004, iniciando o processo de sua implantação em 2004. O Proinfa tem cumprido seu objetivo de promover a diversificação da matriz energética brasileira a partir do aumento da participação de empreendimentos com base em fontes eólica, Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) e biomassa. O administrador do Proinfa tem o direito assegurado à compra e comercialização da energia contratada do Proinfa pelo período de 20 anos a partir da data de entrada em operação comercial dos empreendimentos. A realização do Proinfa contribuiu para a diversificação da matriz energética do país por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais, proporcionando fornecimento à grandes demandas industriais e internalização de tecnologia de ponta.

✓ Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (“Procel”)

De acordo com a Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, o Procel é um programa governamental criado com o objetivo de promover ações de eficiência energética em diversas áreas, tais como equipamentos, edificações, iluminação pública, indústrias e comércios.

✓ Reserva Geral de Reversão – (“RGR”)

Criada originalmente pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, e posteriormente regulada pela Lei nº 5.655 de 20 de maio de 1971, e suas alterações, a RGR constitui recursos arrecadados por meio de encargos setoriais pagos pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica. Tal arrecadação tem como objetivo prover recursos para a reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os recursos são depositados em conta corrente que, até o advento da publicação da Lei nº 13.360/2016, eram administrados pela Eletrobras e, posteriormente à sua publicação, passaram a ser administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – (“CCEE”). A ENBPar será responsável pela gestão dos contratos de financiamento que utilizem recursos da RGR, celebrados com as concessionárias até 17 de novembro de 2016, devendo fiscalizar o cumprimento das obrigações dos respectivos devedores no âmbito desses contratos de financiamento.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

✓ Bens da União sob Administração – (“BUSA”)

O Decreto-Lei nº 1.383, de 1974, alterado pela MP nº 998/2020 convertida na Lei nº 14.120, de 2021, por meio do novo art. 2º, inciso III, determinou que os bens e instalações encampados e desapropriados com recursos da conta do RGR, ficariam integrados à mesma conta como patrimônio da União em regime especial de utilização no serviço público de energia elétrica, sob a administração da Eletrobras até que sejam: I - alienados; II - transferidos à administração dos concessionários, dos permissionários ou dos autorizados de geração, de transmissão ou de distribuição de energia elétrica; ou III - transferidos à gestão da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia. Essa administração passará a ser feita pela ENBPar em até 12 (doze) meses contados da data de início da transição, nos termos do artigo 3º da Resolução CPPI nº 203/2021.

1.1 CORRELAÇÃO ENTRE AS NOTAS EXPLICATIVAS DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS E AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Segue abaixo a correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais findo em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período estão apresentadas nestas Informações Financeiras anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Números das notas		Título das notas explicativas
31/03/2023	31/12/2022	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e Consolidadas
3	3	Estimativas e julgamentos contábeis
4	4	Caixa e equivalente de caixa
5	5	Títulos e valores mobiliários
6	6	Clientes
7	7	Tributos a compensar
8	8	Imposto de renda e contribuição social
9	9	Estoque de combustível nuclear
10	10	Outros
11	11	Fundo para descomissionamento
12	12	Investimento
13	13	Imobilizado
14	14	Intangível
15	15	Fornecedores
16	16	Empréstimos e financiamentos
17	17	Tributos a recolher
18	18	Folha de pagamento e obrigações estimadas
19	19	Conta a pagar aquisição de investimentos
20	20	Provisões para litígios e passivos contingentes

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

Números das notas		Título das notas explicativas
31/03/2023	31/12/2022	
21	21	Benefício pós-emprego
22	22	Obrigação para desmobilização de ativos
23	23	Patrimônio líquido
24	24	Receita operacional líquida
25	25	Custos operacionais
26	26	Despesas operacionais
27	27	Resultado financeiro
28	28	Operações de comercialização de Itaipu
29	29	Abertura do resultado da controlada com as operações de comercialização de Itaipu
30	30	Resultado por ação
31	31	Instrumentos financeiros
32	32	Transações com partes relacionadas
33	33	Seguros
34	34	Compromissos operacionais de longo prazo
35	35	Eventos subsequentes

2 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIA

2.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediária da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – (“IASB”). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – (“CFC”), e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Companhia.

Foi analisada pelo Conselho de Administração da Companhia, a emissão das demonstrações financeiras intermediárias em reunião realizada no dia 20 de setembro de 2023.

2.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras intermediária, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação das práticas contábeis, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na nota explicativa 3.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

As demonstrações financeiras intermediária, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

A demonstração do resultado para o período findo em 31 de março de 2022 não inclui os resultados integrais das investidas Eletronuclear e INB, as quais passaram a ser consolidadas a partir de junho de 2022 e outubro de 2022 respectivamente, data nas quais foram adquiridas. Portanto, a leitura das demonstrações financeiras intermediárias deve considerar esses aspectos.

2.3 – Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão divulgadas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras anuais auditadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Dessa forma, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas em 23 de março de 2023. As práticas contábeis foram aplicadas de modo consistente em relação ao exercício anterior.

3 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios.

3.1 - Provisão para redução do valor recuperável (Impairment) de ativos

A Administração da Companhia e de suas controladas consideram as premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos. Nesta prática são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, e práticas de avaliação comumente utilizadas no mercado. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificarem no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. A vida útil adotada está de acordo com as práticas determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”), aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor.

Diversos eventos incertos também compõem as premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas, dentre elas as tarifas futuras para venda de energia elétrica; e a taxa de crescimento da atividade econômica no país.

3.2 - Provisão para desmobilização de ativos

A Eletronuclear e INB reconhecem provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termonucleares e áreas de extração de minérios. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de todas as usinas dos locais e à época esperada dos referidos custos. A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais, regulatórios e ambientais para a desativação e remoção de todas as usinas em conjunto e áreas degradadas, assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

3.3 - Obrigações atuariais

Na Eletronuclear e INB as obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e na expectativa de inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (nota explicativa 21).

3.4 - Provisões e passivos contingentes

As provisões para riscos trabalhistas, tributários, ambientais e cíveis são reconhecidas quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação das

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

controladas e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pelas controladas, não sendo constituída provisão.

Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (nota explicativa 20).

3.5 - Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa

A Eletronuclear e INB adotaram a abordagem simplificada e calculam a perda esperada, com base na expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida útil do instrumento financeiro de acordo com o IFRS 9.

Considera-se um ativo financeiro inadimplente quando: (i) é improvável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito com a companhia sem recorrer a ações como a garantia (se houver); ou (ii) o ativo financeiro expirou de acordo com as regras atuais.

3.6 - Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controlada classificam seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio de resultado. A classificação depende do modelo de negócio no qual o instrumento financeiro é mantido e nas características de fluxo de caixa contratual. Os valores justos dos instrumentos financeiros são determinados com base em preços de mercado ou técnicas de avaliação (nota explicativa 31).

3.7 - Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Eletronuclear considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento.

A Controladora considera como taxa incremental a projeção da inflação Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - ("IPCA").

3.8 – Determinação da vida útil dos ativos

Na Eletronuclear e INB a depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil esteja integralmente baixado. As controladas consideram que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

A Eletronuclear registra depreciação acelerada sobre o ativo cujo término de vida útil supera a data da licença de operação das usinas.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

3.9 – Consumo de combustível nuclear

A Eletronuclear efetua um acompanhamento mensal do desempenho dos elementos combustíveis por meio do sistema Cadastro de Combustível Nuclear – (“CCN”) que proporcionaliza os custos de aquisição das recargas de combustíveis nucleares para cada elemento de combustível nuclear no momento da inclusão no sistema e calcula mensalmente o consumo de cada elemento. Este consumo (amortização) é registrado contabilmente com base no relatório gerado pelo CCN que apresenta a queima (consumo) mensal, a queima acumulada mensalmente e o saldo residual dos elementos combustíveis que compõem o núcleo do reator.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	-	-	16.896	33.880
Aplicações financeiras (a)	1.863.176	1.810.374	2.873.914	2.578.009
Caixa restrito (b)	559.582	550.657	559.582	550.657
	2.422.758	2.361.031	3.450.392	3.162.546

- a) As aplicações financeiras e o caixa restrito de Itaipu têm rentabilidade acumulada dos últimos 12 meses para a Controladora de 13,05% e na INB de 11,18%.
- b) O montante compreende o saldo de conta corrente das atividades relacionadas à atividade de comercialização da energia elétrica de Itaipu, administrada pela Controladora, e não pode ser utilizada para outra finalidade.

5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
BB RF Ref. DI TP FI (a)	2.153.753	2.589.286
BB Extramercado FAE 2 FI (b)	-	139.769
FI Caixa Topázio Corporativo RF (c)	50.240	25.071
	2.203.993	2.754.126

- a) A rentabilidade nos do fundo últimos 12 meses foi de 13,21%;
- b) A rentabilidade nos do fundo últimos 12 meses foi de 13,05%;
- c) A rentabilidade nos do fundo últimos 12 meses foi de 13,08%.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

6 – CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Suprimento/Fornecimento de energia:				
Energia contratada	2.344.440	3.438.095	2.983.403	3.916.591
	2.344.440	3.438.095	2.983.403	3.916.591
Circulante	2.083.385	3.148.034	2.722.348	3.626.530
Não circulante	261.055	290.061	261.055	290.061
	2.344.440	3.438.095	2.983.403	3.916.591

A ENBPar realiza o faturamento de energia contra 31 distribuidoras do Brasil. O faturamento é realizado mensalmente, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no SIN.

A composição do contas a receber consolidado por vencimento está demonstrada a seguir:

	Consolidado em 31/03/2023		
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Total
Suprimento/Fornecimento de energia			
Energia contratada	2.790.453	95.443	2.885.896
Outros	97.507	-	97.507
	2.887.960	95.443	2.983.403

	Consolidado em 31/12/2022		
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Total
Suprimento/Fornecimento de energia			
Energia contratada	3.744.706	81.030	3.825.736
Outros	90.855	-	90.855
	3.835.561	81.030	3.916.591

7 – TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
PASEP e COFINS	128.592	171.371	305.784	336.409
Outros	-	-	39.016	31.899
	128.592	171.371	344.800	368.308

8 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

8.1 – Imposto de renda e contribuição social (Ativo)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Impostos a compensar	12.679	13.530	187.513	101.478
	12.679	13.530	187.513	101.478

Antecipações de IRPJ/CSLL de exercícios anteriores serão compensadas após a transmissão da Escrituração Contábil Fiscal – ECF no terceiro trimestre de 2023.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

8.2 – Imposto de renda e contribuição social diferidos (Passivo)

	Controladora			
	Base	Imposto de Renda (25%)	Contribuição Social (9%)	Total
Saldo em 4 de janeiro de 2022	-	-	-	-
Variação cambial	(25.585)	(6.396)	(2.303)	(8.699)
Provisões diversas	(214)	(54)	(19)	(73)
Compra vantajosa	88.510	22.127	7.966	30.093
Saldo em 31 de dezembro de 2022	62.711	15.677	5.644	21.321
Variação cambial	30.569	7.642	2.751	10.393
Provisões diversas	(121)	(30)	(11)	(41)
Saldo em 31 de março de 2023	93.159	23.289	8.384	31.673

	Consolidado			
	Base	Imposto de Renda (25%)	Contribuição Social (9%)	Total
Saldo em 4 de janeiro de 2022	-	-	-	-
Variação cambial	(25.585)	(6.396)	(2.303)	(8.699)
Provisões diversas	3.662	916	330	1.246
Compra vantajosa	88.510	22.125	7.967	30.092
Saldo em 31 de dezembro de 2022	66.587	16.645	5.994	22.639
Variação cambial	30.569	7.642	2.751	10.393
Provisões diversas	(121)	(30)	(11)	(41)
Reserva de Reavaliação	(185)	(46)	(17)	(63)
Saldo em 31 de março de 2023	96.850	24.211	8.718	32.929

8.3 – Imposto de renda e contribuição social corrente (Resultado)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL	284.212	67.122	596.842	67.123
- Adições (+) e Exclusões (-)	(207.053)	-	(190.108)	-
Base de cálculo dos tributos:	77.159	67.122	406.734	67.123
Alíquota - IRPJ 15%	(11.574)	(10.068)	(61.010)	(10.069)
Alíquota Adicional - IRPJ 10%	(7.710)	(6.707)	(40.668)	(6.706)
Alíquota - CSLL 9%	(6.944)	(6.041)	(36.606)	(6.041)
Tributos correntes	(26.228)	(22.816)	(138.284)	(22.816)

A Eletronuclear não apresenta perspectiva de lucro tributável futuro consistente e, desta forma, os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias não são registrados nas demonstrações financeiras, os quais somam o valor acumulado de R\$ 2.557.300 em 31 de março de 2023.

9 – ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, sendo registrado o saldo relativo à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, o saldo remanescente.

A amortização do combustível nuclear ocorre pela perda do potencial de energia térmica dos elementos, que proporciona a geração de energia elétrica. A amortização não é linear, não havendo geração de energia, não há amortização. Abaixo, está apresentada a composição do estoque de combustível nuclear destinado à operação da usina Angra 1 e 2:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Elementos prontos	957.489	886.415
	957.489	886.415
Ativo não circulante		
Elementos prontos bruto	603.309	748.796
Concentrado de urânio	513.218	513.218
Serviços em curso	630.872	630.872
	1.747.399	1.892.886
	2.704.888	2.779.301

10 – OUTROS

10.1 – Outros Ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Diferimento Itaipu (a)	2.544.280	2.471.932	2.544.280	2.449.522
Ressarcimento	65.278	6.252	65.278	6.183
Despesas antecipadas	-	-	22.775	32.546
Desativações em curso	-	-	(6.954)	(5.518)
Diversos	663	4	121.509	115.611
	2.610.221	2.478.188	2.746.888	2.598.344
Circulante	1.146.481	685.547	1.277.594	771.222
Não circulante	1.463.740	1.792.641	1.469.294	1.827.122
	2.610.221	2.478.188	2.746.888	2.598.344

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

10.2 – Outros Passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Diferimento Itaipu (a)	2.544.280	2.471.297	2.544.280	2.471.297
Ressarcimento	53.909	16.008	53.909	16.008
Diversos	-	-	59.324	36.346
	2.598.189	2.487.305	2.657.513	2.523.651
Circulante	1.135.104	695.299	1.192.555	729.971
Não circulante	1.463.085	1.792.006	1.464.958	1.793.680
	2.598.189	2.487.305	2.657.513	2.523.651

- a) Conforme Resolução Homologatória nº 2.969 de 9 de novembro de 2021 da ANEEL e suas atualizações, os valores de bônus das contas de comercialização de Itaipu de 2020 e 2021 e os valores repassados por Itaipu para minimizar o impacto da Covid serão diferidos para as distribuidoras elegíveis. Serão recompostos à conta de comercialização de energia elétrica de Itaipu a partir de maio de 2023 (no processo tarifário de 2023), em 12 parcelas. Esses valores são restituídos pelas distribuidoras atualizados pela Taxa Selic durante todo o período até sua liquidação.

11 – FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO

	Consolidado	Consolidado
	31/03/2023	31/12/2022
Títulos públicos	2.406.005	2.213.727
Operações compromissadas	327.924	342.726
Dólar comercial futuro	(3061)	4.769
Outros	56	52
	2.730.924	2.561.274

Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo de descomissionamento:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Parcelamento quotas 2005/2006/2007	102.365	102.365
Quotas 2008 a 2022	1.400.840	1.299.295
	1.503.205	1.401.660
Planos de recolhimentos adicionais	81.827	78.800
IRRF	-	(13.676)
Ganhos líquidos auferidos acumulados	1.145.892	1.094.490
	1.227.719	1.159.614
Saldo de carteira de aplicativos do fundo / Patrimônio líquido do fundo	2.730.924	2.561.274

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

12 – INVESTIMENTO

12.1- Composição do investimento

	Controladora 31/03/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/12/2022
Aquisição de investimentos no período	4.474.313	4.474.313	255.595	255.595
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	1.420.762	1.420.762	1.028.136	1.028.136
Variação cambial	(3.611)	5.539	(3.611)	5.539
Resultado de equivalência patrimonial	455.862	266.681	166.310	31.136
Compra Vantajosa	88.510	88.510	-	-
	6.435.836	6.255.805	1.446.430	1.320.406

	Resultado			Resultados abrangentes			
	31/12/2022	Equivalência patrimonial	Variação cambial não realizado	Ganhos atuariais	Variação cambial	Reserva de reavaliação	31/03/2023
Controladas							
Eletronuclear S.A.	3.693.330	75.063	-	12.525	-	-	3.780.918
Indústrias Nucleares do Brasil S.A	1.242.069	(33.645)	-	-	-	64	1.208.488
	4.935.399	41.418	-	12.525	-	64	4.989.406
Investida							
Itaipú Binacional	1.320.406	135.174	(2.285)	-	(6.865)	-	1.446.430
	1.320.406	135.174	(2.285)	-	(6.865)	-	1.446.430
	6.255.805	176.592	(2.285)	12.525	(6.865)	64	6.435.836

	Aquisição	Equivalência patrimonial		Compra vantajosa	Variação cambial	Ágio	31/12/2022
		Resultado do exercício	Resultados abrangentes				
Controladas							
Eletronuclear S.A.	3.107.374	(30.502)	223.832	-	-	392.626	3.693.330
Indústrias Nucleares do Brasil S.A	1.111.344	(44.555)	86.770	88.510	-	-	1.242.069
	4.218.718	(75.057)	310.602	88.510	-	392.626	4.935.399
Investida							
Itaipú Binacional	255.595	31.136	-	-	5.539	1.028.136	1.320.406
	255.595	31.136	-	-	5.539	1.028.136	1.320.406
	4.474.313	(43.921)	310.602	88.510	5.539	1.420.762	6.255.805

12.2.1- Resultado do investimento avaliado por equivalência patrimonial

Investida	Capital social integralizado	Patrimônio líquido	Participação no Capital social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)
Eletronuclear S.A.	15.493.956	10.601.004	32,0480%	64,1000%
Indústrias Nucleares do Brasil S.A	593.735	1.208.505	99,9985%	99,9985%

12.2.2- Informações financeiras resumidas

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

ATIVO	Eletronuclear		INB	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/03/2023
Caixa e equivalente de caixa	16.342	32.471	1.011.292	769.044
TVM e fundo para descomissionamento	4.934.918	5.315.400	-	-
Impostos	161.179	80.814	202.160	176.529
Clientes	541.563	480.215	97.507	449.238
Estoque de combustível nuclear	2.447.675	2.593.163	1.364.101	1.295.652
Outros	479.266	455.332	69.890	68.795
Investimentos, imobilizado e intangível	13.872.022	13.851.102	282.606	278.995
TOTAL DO ATIVO	22.452.965	22.808.497	3.027.556	3.038.253

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Eletronuclear		INB	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/03/2023
Fornecedores	1.492.755	2.108.058	1.250.282	1.245.616
Empréstimos e financiamentos	7.039.670	7.132.619	-	-
Provisões para litígios e passivos contingentes	217.894	202.669	158.928	143.842
Tributos a recolher e impostos diferidos	266.193	220.107	12.320	13.671
Conta a pagar aquisição de investimentos	-	-	-	-
Outros	2.834.316	2.816.293	363.810	362.456
Patrimônio líquido	10.602.137	10.328.751	1.242.216	1.272.668
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.452.965	22.808.497	3.027.556	3.038.253

RESULTADO	Eletronuclear	INB
	01/01/2023 a 31/03/2023	01/01/2023 a 31/03/2023
Receita operacional líquida	1.082.275	20.545
Custos operacionais	(503.326)	-
Despesas operacionais	(176.446)	(62.150)
Receitas financeiras	156.170	39.804
Despesas financeiras	(214.922)	(11.132)
Variações cambiais	2.524	(20.712)
Imposto de renda e contribuição social	(112.056)	-
LUCRO DO EXERCÍCIO	234.219	(33.645)

13 – IMOBILIZADO

Taxa média depreciação ao ano (a.a.)

Imobilizado em serviço

Terrenos	Não Aplicável
Barragens, reservatórios e adutoras	7,27%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,12%
Máquinas e equipamentos	4,01%
Veículos	14,30%
Móveis e utensílios	6,26%

Direito de uso

Imobilizado em serviço

Edificações, obras civis e benfeitorias	21,36%
Veículos	32,68%

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora				
	31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixa	31/03/2023
Direito de uso em serviço					
Arrendamento (a)	9.083	-	(564)	-	8.519
	9.083	-	(564)	-	8.519
	9.083	-	(564)	-	8.519

(a) Os arrendamentos são referentes ao contrato de locação da sede da Controladora e contrato de locação de bens móveis para o escritório.

	Consolidado				
	31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixa	31/03/2023
Imobilizado em serviço					
Terrenos	53.030	-	-	-	53.030
Barragens, reservatórios e adutoras	1.141	-	(35)	-	1.106
Edificações, obras civis e benfeitorias	848.287	-	(13.412)	(109.106)	725.769
Máquinas e equipamentos	1.946.947	51	(89.268)	60.862	1.918.592
Veículos	40.224	720	(1.266)	(11.426)	28.252
Móveis e utensílios	17.325	-	(208)	(11.708)	5.409
A ratear	73.275	8.131	-	(405)	81.001
	2.980.229	8.902	(104.189)	(71.783)	2.813.159
Imobilizado em curso					
Terrenos	56.433	-	-	-	56.433
Barragens, reservatórios e adutoras	627.770	2.645	-	(469)	629.946
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.107.459	9.246	-	-	2.116.705
Máquinas e equipamentos	4.615.363	73.980	-	(44.955)	4.644.388
Veículos	3.555	149	-	(368)	3.336
Móveis e utensílios	2.927	102	-	(131)	2.898
A ratear	7.565.310	49.765	-	-	7.615.075
Transf. / Fab. e rep. / Mat. em processo	6.838	-	-	-	6.838
Adiantamento a fornecedores	693.015	-	-	-	693.015
Provisão para valor recuperável dos ativos (Impairment)	(4.508.764)	-	-	-	(4.508.764)
	11.169.906	135.887	-	(45.923)	11.259.870
Direito de uso					
Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(435.184)	3.987	(8.567)	122.528	(317.236)
Veículos	56.199	-	(5.341)	-	50.858
	(378.985)	3.987	(13.908)	122.528	(266.378)
	13.771.150	148.776	(118.097)	4.822	13.806.651

13.1 – Subvenção do tesouro para investimento

A partir do exercício de 2010 a INB recebeu recursos do Tesouro para investimentos no Projeto de Enriquecimento de Urânio, que foram tratados como subvenções no Ativo não circulante - Imobilizado, como forma de demonstração da dedução dos ativos adquiridos com os recursos destinados para esse fim, sendo apropriado ao resultado com base na depreciação ou por baixa dos ativos adquiridos com os respectivos recursos.

Esse procedimento se deve em função da consulta formulada pelo Conselho Fiscal da INB à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CAS/nº 2.332/2010 onde a procuradoria, naquela época, foi contrária à classificação como AFAC por entender que a CNEN não era a responsável

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

pelas transferências financeiras a título de subvenção para Investimento para a INB, e sim, o Tesouro Nacional (União) através da Fonte 100.

Após a última alteração societária, a INB, com a finalidade de representar adequadamente a nova realidade empresarial, tratará do tema no exercício de 2023.

14 – INTANGÍVEL

O ativo intangível da Eletronuclear é composto substancialmente, pelo saldo que compõe a aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e de outros softwares aplicativos de uso específico e geral, de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

Os intangíveis em serviço são amortizados a taxa anual de 20%.

	Consolidado				
	31/12/2022	Adições	Amortização	Transf. /Baixa	31/03/2023
Ágio	392.626	-	-	-	392.626
Softwares	106.269	1.828	(2.643)	(15.774)	89.680
Enriquecimento/ Reversão/ Pastilhas/Caetité	78.157	-	(658)	(2.125)	75.374
Projetos em Desenvolvimento	-	1.033	-	6.805	7.838
	577.052	2.861	(3.301)	(11.094)	565.518

15 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Bens, materiais e serviços:				
Fatura processada	1.722.708	2.006.508	2.387.710	2.791.282
Variação cambial	182.262	716.388	214.659	752.343
Provisão	679.605	1.091.320	854.391	1.308.541
	2.584.575	3.814.216	3.456.760	4.852.166

O montante da fatura processada compreende, substancialmente, a energia comprada de Itaipu.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

16 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos empréstimos e financiamentos devidos pela Eletronuclear está demonstrada a seguir:

	Moeda	Indexador	Taxa média	31/03/2023	
				Circulante	Não Circulante
ANGRAS 1 e 2:					
ELETROBRAS - RGR ECF 2278/ ECF 2507/ ECF 2579	R\$	UFIR	5,00%	34.161	88.034
FURNAS - Instrumento de confissão de dívida	R\$	IPCA	7,85%	41.622	232.389
SANTANDER - LTO Angra 1	USD	TERM SOFR 6M	4,78%	20.889	70.923
ANGRAS 3:					
ELETROBRAS - RGR- ECF 2878	R\$	UFIR	5,00%	29.712	411.023
BNDES - nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	R\$	TJLP	7,73%	158.098	3.072.407
CEF - N° 0410.351-27/13	R\$	Sem Indexador	6,50%	126.752	2.753.660
				411.234	6.628.436

	Moeda	Indexador	Taxa média	31/12/2022	
				Circulante	Não Circulante
ANGRAS 1 e 2:					
ELETROBRAS - RGR ECF 2278/ ECF 2507/ ECF 2579	R\$	UFIR	5,00%	37.787	96.575
FURNAS - Instrumento de confissão de dívida	R\$	IPCA	7,85%	40.805	238.026
SANTANDER - LTO Angra 1	USD	TERM SOFR 6M	4,78%	21.563	81.830
ANGRAS 3:					
ELETROBRAS - RGR- ECF 2878	R\$	UFIR	5,00%	34.254	418.450
BNDES - nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	R\$	TJLP	7,73%	154.981	3.100.495
CEF - Nº 0410.351-27/13	R\$	Sem Indexador	6,50%	125.045	2.782.808
				414.435	6.718.184

16.1 – Composição da movimentação dos saldos dos empréstimos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.132.619
Encargos de dívida	136.328
Pagamento de encargos financeiros	(126.299)
Recebimento de empréstimos e financiamentos	1.652
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(104.630)
Saldo em 31 de março de 2023	7.039.670

16.2 – Cronograma de pagamentos

As parcelas dos empréstimos e financiamentos tem seus vencimentos assim programados:

	2.023	2.024	2.025	2.026	2.027	Após 2027	Total
Empréstimos	307.517	401.836	420.673	435.964	435.110	5.038.570	7.039.670

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

16.3 – Obrigações assumidas – Covenants

A Eletronuclear possui cláusulas de *covenants* em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes a) apresentar demonstrações financeiras e auditadas; b) apresentar trimestralmente Relatório Gerencial sobre a evolução física e financeira do Projeto de Angra 3; c) cumprir as "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES"; d) permitir ampla inspeção das obras do projeto de Angra 3 por parte de representantes do BNDES; e) enviar quadrimestralmente à STN posição dos créditos empenhados no Contrato de Contragarantia junto à União; no caso de FURNAS, emissão de Nota Promissória no ato da assinatura e a cada dois anos, ao final do exercício, com posição em 31 de dezembro.

Companhia não identificou a ocorrência de evento de não conformidade no 1º trimestre de 2023.

17 – TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
COSIRF	61	73	15.393	26.573
IRPJ e CSLL a pagar	6.944	603	192.720	89.464
INSS	-	-	4.150	5.679
IRRF a pagar	15.103	301	24.685	7.502
PIS/PASEP e COFINS	15.680	35.518	68.441	127.283
Outros	9	1	9.501	12.455
	37.797	36.496	314.890	268.956

18 – FOLHA DE PAGAMENTO E OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Salários e encargos a recolher	-	-	156.074	-
Provisão e gratificação de férias	1.246	911	80.652	86.155
Encargos sociais sobre provisão de férias	416	272	24.479	27.971
Provisão 13º salário	410	-	7.815	7.839
Encargos sociais sobre provisão 13º salário	169	-	9.631	6.588
Encargos e impostos retidos	663	551	663	551
Outros	5	55	11.653	146.274
	2.909	1.789	290.967	275.378

19 – CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Circulante				
Aquisição de investimento - Itaipu	64.290	65.993	64.290	65.993
Não circulante				
Aquisição de investimento - Itaipu	1.184.013	1.226.377	1.184.013	1.226.377
	1.248.303	1.292.370	1.248.303	1.292.370

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

20 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são registradas contabilmente.

	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/12/2022
Provisão para contingências cíveis	31.378	29.348
Provisão para contingências ambientais	23.610	23.229
Provisão para contingências trabalhista	308.185	280.740
Provisão para contingências fiscais	13.649	13.194
	376.822	346.511
Circulante	118.679	104.515
Não circulante	258.143	241.996
	376.822	346.511

20.1 – Depósitos vinculados a contingências

A rubrica de depósitos vinculados refere-se a valores vinculados a processos judiciais e administrativos, conforme relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais trabalhistas	-	-	58.217	56.383
Depósitos judiciais cíveis	-	-	1.504	1.501
Depósitos judiciais tributários	-	-	23.995	24.461
Depósitos judiciais ambiental	-	-	7.724	7.723
Depósitos Garantia	655	-	1.173	-
	655	-	92.613	90.068

20.2 – Passivos contingentes – Risco possível

A Eletronuclear e INB possuem processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Trabalhistas	750.833	273.939
Cíveis	296.285	289.123
Tributários	27.651	52.919
Ambiental	334.360	2.330
	1.409.129	618.311

21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/12/2022
Contrato de pactuação obrigação financeira	5.034	5.330
Provisão atuarial	319.071	356.993
	324.105	362.323

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

22 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

	31/03/2023			31/12/2022
	Estimativa de custo	Ajuste a valor presente	Estimativa a valor presente	
ANGRA 1	3.500.622	(1.850.394)	1.650.228	1.614.071
ANGRA 2	4.009.801	(2.949.279)	1.060.522	1.037.466
	7.510.423	(4.799.673)	2.710.750	2.651.537

A estimativa custo para a realização do descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2 totaliza o montante de R\$ 7.510.423, sendo o ajuste a valor presente da obrigação para descomissionamento no montante de R\$ 4.779.673, perfazendo um reconhecimento da obrigação na data base de 31 de março de 2023 no montante de R\$ 2.710.750.

23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital social da Companhia em 31 de março de 2023 é de R\$ 5.111.344 representados por 4.000.000.000 (quatro bilhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado pela União, sua única acionista.

Aumento para futuro aumento de capital – Em 23 de dezembro de 2022 foi publicada a Lei Nº 14.491, que abre o orçamento fiscal da União para ao crédito especial no valor de R\$ 1.212.148, com a destinação específica de liquidação da dívida contraída na aquisição de Itaipu.

24 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023
Receita com suprimento de energia elétrica	-	-	1.230.586
Receita com ressarcimento de encargos administração e supervisão	50.246	-	50.246
Outras receitas	-	-	21.559
	50.246	-	1.302.391
Deduções			
(-) PASEP e COFINS	(4.648)	-	(119.019)
(-) Outros	-	-	(37.580)
	(4.648)	-	(156.599)
	45.598	-	1.145.792

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

25 – CUSTOS OPERACIONAIS

	Consolidado
	31/03/2023
Custos operacionais	
Encargos sobre uso da rede elétrica	(57.042)
Pessoal, material e serviços	(173.404)
Depreciação	(97.833)
Amortização	(2.005)
Combustível para produção de energia elétrica	(145.488)
Outros custos	(27.554)
	(503.326)

26 – DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023
Despesas operacionais			
Pessoal, material e serviços	(8.727)	(1.598)	(180.836)
Pessoal - Incentivo de desligamento	-	-	297
Depreciação	(512)	-	(8.503)
Amortização	-	-	(1.296)
Provisões/Reversões operacionais	-	-	(32.674)
Outras receitas e (despesas), líquidas	(501)	(5)	(25.324)
	(9.740)	(1.603)	(248.336)

27 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023
Receitas financeiras			
Receita de aplicações financeiras	56.999	68.733	164.548
Ganho sobre tít. e valores mobiliários de LP - Fundo descomissionamento	-	-	71.643
Atualizações monetárias ativas	254	-	7.563
Outras receitas financeiras	-	-	399
	57.253	68.733	244.153
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	(14.677)	-	(135.757)
Perda sobre tít. e valores mobiliários de LP - Fundo descomissionamento	-	-	(6.563)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	-	-	(59.213)
Atualizações monetárias passivas	-	-	(26.052)
Outras despesas financeiras	(883)	(7)	(14.029)
	(15.560)	(7)	(241.614)
Itens financeiros, líquidos			
Variações cambiais	30.069	-	20.955
	30.069	-	20.955
Resultado Financeiro	71.762	68.726	23.494

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

28 – OPERAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DE ITAIPU

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Resultado da conta de comercialização de energia elétrica Itaipu no período (a)	138.692	(331.484)	138.692	(331.484)
Conta de comercialização da Itaipu (b)	312.519	644.003	312.519	644.003
Outros créditos Itaipu	-	6.241	-	6.241
	451.211	318.760	451.211	318.760

a) Saldo contábil da conta de comercialização apurado no período, com base nas receitas e despesas decorrentes da conta de comercialização, conforme Decreto nº 11.027 de 31 de março de 2022.

b) O saldo da conta de comercialização de energia elétrica de Itaipu acumulado de períodos anteriores.

29 – ABERTURA DO RESULTADO DA CONTROLADORA COM AS OPERAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DE ITAIPU

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	Nota	Controladora	Itaipu	Aglutinado
		31/03/2023	31/03/2023	31/03/2023
Receita operacional bruta		50.246	2.544.698	2.594.944
(-) Encargos setoriais e regulatórios		-	(327.958)	(327.958)
(-) Impostos sobre a receita		(4.648)	(235.385)	(240.033)
Receita operacional líquida	24	45.598	1.981.355	2.026.953
Custos operacionais	25	-	(1.955.588)	(1.955.588)
RESULTADO BRUTO		45.598	25.767	71.365
Receitas / (Despesas) operacionais	26	(9.740)	(2.101)	(11.841)
Resultado da equivalência patrimonial	12	176.592	-	176.592
		166.852	(2.101)	164.751
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		212.450	23.666	236.116
Receitas financeiras		57.253	106.840	164.093
Despesas financeiras		(15.560)	(76.984)	(92.544)
Variações cambiais		30.069	85.170	115.239
Resultado Financeiro	27	71.762	115.026	186.788
Transferência do resultado da conta de comercialização de energia elétrica Itaipu				
Operacional		-	(23.666)	(23.666)
Financeiro		-	(115.026)	(115.026)
		-	(138.692)	(138.692)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		284.212	-	284.212
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(26.228)	-	(26.228)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(10.352)	-	(10.352)
LUCRO DO PERÍODO		247.632	-	247.632

Não há comparabilidade do resultado de Itaipu nos períodos findo em 31 de março de 2022. A operação de comercialização de energia elétrica tornou-se de responsabilidade da ENBPar em 17 de junho de 2022, após a transferência de Itaipu da Eletrobras à ENBPar.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

30 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Companhia e sua quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria, quando aplicável.

	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Lucro do período	247.632	44.307
Quantidade de ações ordinárias	4.000.000.000	4.000.000.000
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	0,061908	0,01107675

31 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

31.1 – Gestão do risco de capital

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a razão entre a exposição líquida dividida e o capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, apresentados na nota explicativa 16, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, apresentados nas notas explicativas 4 e 5. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, e mais a exposição líquida.

	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/12/2022
Total dos empréstimos e financiamentos	7.039.670	7.132.619
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.890.810)	(2.611.889)
(-) Títulos e valores mobiliários (CP)	(2.203.993)	(2.754.126)
Exposição líquida	1.944.867	1.766.604
(+) Total do Patrimônio líquido mais a participação de não controladores	14.157.766	13.718.693
Total do capital	16.102.633	15.485.297
Índice de alavancagem financeira	12%	11%

31.2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio para gestão e das características do fluxo de caixa contratual. A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros nas seguintes categorias:

31.2.1 - Custo amortizado

Os ativos financeiros que são detidos e gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) devem ser classificados como ativos financeiros ao custo amortizado. Em resumo, se o ativo financeiro é um instrumento de dívida

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

simples cujo objetivo consiste em receber apenas juros e principal, ele deve ser classificado e contabilizado ao custo amortizado.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por *impairment* são apresentadas em conta separada na demonstração do resultado.

31.2.2 - Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Quaisquer ativos financeiros que não sejam classificados nas categorias de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes devem ser mensurados e reconhecidos ao justo valor por meio do resultado. Portanto, a categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado representa uma categoria “residual”. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no justo valor, também estão incluídos nesta categoria.

Eventuais ganhos ou perdas de um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos no resultado financeiro, no período em que ocorrerem.

31.2.3 - Passivos financeiros

São classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”. Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia e suas controladas usam a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros:

	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
ATIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado	4.767.853	5.799.761	6.526.408	7.169.205
Caixa e equivalentes de caixa	2.422.758	2.361.031	3.450.392	3.162.546
Clientes	2.344.440	3.438.095	2.983.403	3.916.591
Depósitos judiciais	655	635	92.613	90.068
Valor justo por meio do resultado	-	-	4.934.918	5.315.400
Títulos e valores mobiliários e fundo para descomissionamento	-	-	4.934.918	5.315.400
PASSIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado	3.841.827	5.116.153	11.827.490	13.363.573
Fornecedores	2.584.508	3.814.216	3.456.693	4.852.166
Empréstimos e financiamentos	-	-	7.039.670	7.132.619
Arrendamentos	9.016	9.567	82.824	86.418
Contas a pagar aquisição de investimentos	1.248.303	1.292.370	1.248.303	1.292.370

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

31.3 - Gestão de riscos financeiros

As informações sobre fatores de risco descritas na nota explicativa nº 31 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2022 permanecem válidas para essas demonstrações financeiras intermediárias, conforme riscos listados abaixo:

- Risco de taxa de câmbio
- Risco de taxa de juros
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco operacional

As atualizações referentes aos riscos listados acima, estão evidenciadas a seguir:

31.3.1 - Risco de taxa de juros

A posição atual da dívida, com a exposição total do risco de juros dos financiamentos e empréstimos:

	Moeda	Indexador	Taxa média	31/03/2023	
				Principal	Juros *
ANGRAS 1 e 2:					
ELETROBRAS - RGR ECF 2278/ ECF 2507/ ECF 2579	R\$	UFIR	5,00%	122.195	16.086
FURNAS - Instrumento de confissão de dívida	R\$	IPCA	7,85%	274.011	74.151
SANTANDER - LTO Angra 1	USD	TERM SOFR 6M	4,78%	91.812	13.683
ANGRAS 3:					
ELETROBRAS - RGR- ECF 2878	R\$	UFIR	5,00%	440.735	180.793
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	R\$	TJLP	7,73%	3.230.505	1.971.531
CEF - Nº 0410.351-27/13	R\$	Sem Indexador	6,50%	2.880.412	1.659.379
				7.039.670	3.915.623

	Moeda	Indexador	Taxa média	31/12/2022	
				Circulante	Juros *
ANGRAS 1 e 2:					
ELETROBRAS - RGR ECF 2278/ ECF 2507/ ECF 2579	R\$	UFIR	5,00%	134.362	18.324
FURNAS - Instrumento de confissão de dívida	R\$	IPCA	7,85%	278.831	77.733
SANTANDER - LTO Angra 1	USD	TERM SOFR 6M	4,78%	103.393	15.752
				-	-
ANGRAS 3:					
ELETROBRAS - RGR- ECF 2878	R\$	UFIR	5,00%	452.704	186.921
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	R\$	TJLP	7,73%	3.255.476	2.040.170
CEF - Nº 0410.351-27/13	R\$	Sem Indexador	6,50%	2.907.853	1.706.272
				7.132.619	4.045.172

* Montante de juros até o término das amortizações dos empréstimos calculado conforme taxa contratuais.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

Indexadores nacionais:
a.1) Risco de apreciação das taxas de juros:

		Efeitos no resultado			
		Saldo em 31/03/2023	Cenário I Provável 2022*	Cenário II (+25%)*	Cenário III (+50%)*
IPCA	Empréstimos e financiamentos	(274.011)	(29.084)	(32.366)	(35.643)
	Impacto no resultado	(274.011)	(29.084)	(32.366)	(35.643)
TJLP	Empréstimos e financiamentos	(3.230.505)	(279.108)	(320.215)	(363.046)
	Impacto no resultado	(3.230.505)	(279.108)	(320.215)	(363.046)
TERM SOFR 6M	Empréstimos e financiamentos	(91.812)	(5.103)	(5.498)	(5.893)
	Impacto no resultado	(91.812)	(5.103)	(5.498)	(5.893)
Impacto no resultado dos índices			(313.295)	(358.079)	(404.582)

(*) Premissas adotadas:

	31/03/2023	Provável	25%	50%
IPCA	4,65%	6,01%	7,51%	9,02%
TJLP	7,37%	7,20%	9,00%	10,80%
TERM SOFR 6M	4,56%	5,07%	6,34%	7,60%

31.3.2 - Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro que falhe ao cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A Eletronuclear tem a totalidade da sua geração de energia elétrica a partir de janeiro de 2013 comercializada através da CCEE, com todas as distribuidoras do SIN.

Toda a energia produzida por essas usinas tem fornecimento contratual de longo prazo firmado com as distribuidoras de energia elétrica; contratos esses regidos pela CCEE. A Eletronuclear entende que o risco de inadimplência fica mitigado na quitação desse faturamento, face à atividade de administração financeira estar sob o controle da CCEE, que possui autonomia sobre os recursos reservados pelas distribuidoras para esse fim.

A receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 é regulada pela ANEEL, através do modelo do Procedimento de Regulação Tarifária – "PRORET": Módulo 6, Submódulo 6.7, com reajustes anuais e revisões

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

quinquenais. A receita fixa para o ano de 2023 foi definida pela Resolução Homologatória nº 3.164 de 13 de dezembro de 2022 - DOU 16 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 4.662.204.

A Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, evidencia que, apesar de o faturamento ser repassado pela CCEE, o risco de crédito final é da Eletronuclear.

Dessa forma, a Eletronuclear monitora constantemente os possíveis efeitos e a eventual necessidade de contratação de instrumentos de proteção.

Abaixo, apresentamos as principais contas sujeitas a risco de crédito:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	2.422.758	2.361.031	3.450.392	3.162.546
Clientes	2.344.440	3.438.095	2.983.403	3.916.591
Títulos e valores mobiliários e fundo para descomissionamento	-	-	4.934.918	5.315.400

A INB está exposta ao risco de crédito, em função da baixa distribuição de sua carteira de clientes, que concentra 95% de seu faturamento próprio em um único cliente, a Eletronuclear. Na gestão deste risco a Companhia tem realizado interações junto à própria Eletronuclear, ao MME e à ANEEL, de forma a garantir o recebimento dos valores faturados em dia.

Dentro das ações para a expansão da carteira de clientes destaca-se a implantação, ora em curso, do Projeto Santa Quitéria em parceria com a iniciativa privada, o qual permitirá à INB ofertar excedente de Concentrado de Urânio ao mercado internacional. Outra frente de ampliação da carteira de clientes está na prestação de serviços de engenharia para diversas empresas no exterior, vendas de bocais inferiores e superiores de Elementos Combustíveis ("EC") para as empresas KNF - Korea e de urânio enriquecido para a CONUAR - Argentina.

A INB não realiza operações de desconto ou captação de crédito no sistema bancário.

31.3.4 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez e de captação de recursos da Companhia e suas controladas são de responsabilidade das suas respectivas áreas financeiras, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A administração da Companhia e das suas controladas entende que os riscos de liquidez corrente estão administrados. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da usina Angra 3, cuja entrada em operação, aprovada internamente, tem como cronograma o início de geração de receita a partir de 2029.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia e suas controladas por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que devem ser quitadas as obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS	31/03/2023				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Mensurados ao custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	307.517	822.509	1.290.955	4.618.689	7.039.670
Fornecedores	3.456.761	-	-	-	3.456.761
Arrendamentos	27.755	55.069	-	-	82.824

31.3.5 – Risco operacional**31.3.5.1 – Eletronuclear S.A.**

A Eletronuclear tem como atividade principal a operação das usinas Angra 1 e 2.

O principal insumo na geração de energia elétrica de fonte termonuclear é o combustível nuclear, insumo este fornecido no Brasil, única e exclusivamente, pela INB, empresa estatal de economia mista, controlada da ENBPar que, em nome da União, exerce no Brasil o monopólio da produção e comercialização de materiais nucleares, dentre eles, os elementos combustíveis utilizados nos reatores das usinas Angra 1 e 2.

Desde 2018, época em que ainda era subordinada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – (“MCTIC”), a INB vinha sofrendo expressivas reduções orçamentárias e severas limitações no Orçamento Fiscal da União, o que tinha lhe causado fortes dificuldades para honrar seus compromissos, aí incluindo a aquisição de matéria-prima para a fabricação do combustível nuclear, seja urânio nacional ou importado. Considerando os riscos de descontinuidade de operação das usinas Angra 1 e 2, e também do compromisso e da importância que o suprimento de energia elétrica da CNAAB tem no âmbito do SIN, a administração da Eletronuclear vem submetendo esses riscos aos diversos órgãos a quem está subordinada, no intuito de serem superadas estas ameaças de desabastecimento.

Como forma de superar estes entraves, a Eletronuclear e INB assinaram os novos contratos de fornecimento de elementos combustíveis em 24 de fevereiro de 2022, os quais abrangem 5 (cinco) recargas para cada uma das usinas em operação (Angra 1 e Angra 2) a partir de 2022.

Adicionalmente, em 13 de outubro de 2022 foi emitido o Decreto nº 11.235 que autorizou o aumento do Capital social da ENBPar por meio do aporte de todas as ações que a União detém no Capital social da INB.

Com essa reestruturação societária, a INB se tornou uma estatal não dependente da União e, portanto, não receberá recursos financeiros do Tesouro Nacional para pagamento de despesas

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

com pessoal, de custeio geral ou de capital. Essa alteração acionária dará autonomia orçamentária e financeira e eficiência na gestão do caixa da empresa. A INB terá flexibilidade para estabelecer parcerias com a iniciativa privada, pois a nova legislação permite que sejam feitos outros modelos de associação entre a empresa e parceiros privados para exploração de jazidas minerais que possuam minérios nucleares.

Em 2022, a INB entregou os elementos combustíveis para abastecimento dos reatores das usinas Angra 1 e 2 durante as paradas para manutenção programadas, sendo a 18ª parada de Angra 2 ocorrida entre 12 de junho de 2022 e 27 de julho de 2022 e a 27ª parada de Angra 1 ocorrida entre 13 de agosto de 2022 e 22 de setembro de 2022.

Assim, com as alterações realizadas que foram apontadas acima, a Eletronuclear entende não haver aspectos de natureza econômica e/ou financeira que possam indicar um risco de descontinuidade operacional das usinas Angra 1 e 2.

Angra 3

Com o objetivo de caracterizar a situação atual de Angra 3 e as implicações da sua paralisação, a administração da Eletronuclear vem conduzindo iniciativas para a implantação de um Plano de Ações visando o equacionamento das condições necessárias à plena retomada e conclusão do empreendimento.

Desde 2016, essa controlada vem buscando assessoria de consultorias especializadas visando à conclusão de Angra 3. Foram elas:

- (i) Deloitte Consultores - Para auditar o status das obras civis e verificar irregularidades apresentadas pelo TCU por meio de Relatório de Fiscalização (TC n. 002.651/2015-7), bem como efetuar uma análise da estimativa dos custos relacionados ao cancelamento das obras de implantação da usina, bem como da estimativa de custos para sua conclusão - *Cost to Complete*, foi contratada a Deloitte Consultores. Foi analisada a procedência das constatações do TCU, bem como estudos de mecanismos de ajuizamentos de ações em ressarcimentos a eventuais prejuízos identificados. Já a orçamentação de Angra 3 foi estruturada em rubricas de diversas disciplinas e áreas envolvidas na construção da obra. Foi desenvolvido um modelo econômico-financeiro para o cancelamento do projeto, contemplando as projeções financeiras na data base de 30 de junho de 2016. O custo total estimado de cancelamento da usina Termonuclear – (“UTN”) Angra 3 considerou o custo de desmobilização das obras já existentes, a multa rescisória do contrato de comercialização e o custo financeiro de liquidação dos empréstimos vigentes;
- (ii) Alvarez & Marsal - Tomando como base os relatórios da Deloitte, foi contratada uma consultoria especializada na estruturação de empresas, com conhecimento na avaliação da construção e operação de usinas nucleares, a Alvarez & Marsal, para realizar os estudos econômico-financeiros necessários para viabilizar uma parceria que atenda questões operacionais e financeiras de acordo com a visão societária definida pela Eletronuclear e assessorá-la no processo de retomada do empreendimento, incluindo assessoria no pleito de revisão tarifária de Angra 3 e a estruturação financeira e operacional com um parceiro, provavelmente internacional. Foram avaliados diversos cenários e modelos de negócio.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

(iii) Veirano Advogados – Para analisar a legalidade da possível estrutura societária do negócio e do ambiente regulatório dos cenários estudados pela Alvarez & Marsal, bem como do modelo de efetivação da parceria em avaliação, foi contratado a Veirano Advogados, uma consultoria jurídica especializada em direito societário, com vasta experiência no setor elétrico.

A conclusão das obras da usina de Angra 3 em condições sustentáveis depende de uma nova estruturação financeira, dado o montante de investimentos (custos diretos) ainda a realizar, da ordem de R\$ 21.000.000 (informação não auditada).

Ainda em 2016 a Eletronuclear, não mais possuía garantias disponíveis para conseguir um novo empréstimo, visto que todos os seus ativos já estavam comprometidos nos créditos existentes. Além disso, em outubro de 2017, expirou o *waiver* contratual do BNDES e em julho de 2018 terminou também o período de carência da CEF, passando aquela Eletronuclear a ser obrigada a pagar também a parte relativa ao principal da dívida, além dos juros, comprometendo, fortemente, o seu caixa. Os pagamentos do serviço da dívida relativos ao contrato de financiamento com o BNDES foram suspensos durante o período de maio de 2020 a outubro de 2020, em função das medidas para mitigar os efeitos da pandemia da COVID-19, com a retomada dos pagamentos das obrigações no mês de novembro de 2020.

Uma das grandes questões que precisava ser sanada para que fosse possível prosseguir rumo à conclusão do empreendimento de Angra 3 era a revisão do valor, originalmente definido para a tarifa de Angra 3, de R\$ 237/MWh (vigente entre novembro de 2016 e outubro de 2017). Esse valor apresentava grande defasagem em relação ao necessário para tornar a operação da usina sustentável, bem como inviabilizava a renegociação com credores.

Para tentar solucionar essa questão, em 05 de junho de 2018, aconteceu a 3ª Reunião Extraordinária do CNPE, na qual foi determinada a formação de um Grupo de Trabalho liderado pelo MME, com a participação dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, da Empresa de Pesquisa Energética – (“EPE”), da Eletrobras, da Eletronuclear e do Gabinete de Segurança Institucional – (“GSI”), visando elaborar, em 60 dias, um documento propondo e justificando a revisão da tarifa de Angra 3 e as medidas necessárias para conclusão do projeto. A versão final do documento foi concluída em setembro de 2018.

Em 23 de outubro de 2018, foi publicada no DOU a Resolução nº 14 do CNPE, que estabelece condições iniciais para a viabilização de Angra 3, confirmando as decisões da 4ª Reunião Extraordinária do CNPE, ocorrida no dia 09 de outubro de 2018, que apreciou as considerações do referido Grupo de Trabalho. Tal resolução determinou a aprovação do valor de referência para o preço de energia de Angra 3, de R\$ 480,00/MWh (base julho de 2018), conforme calculado pela Empresa de pesquisa Energética - EPE, bem como remeter ao Conselho do Programa de Parceria de Investimento a avaliação dos três modelos propostos pelo Grupo de Trabalho para a viabilização de Angra 3 por meio de participação de investidor privado (societária, não societária e sociedade de propósito específico - SPE) e definição do modelo de negócio e processo competitivo mais adequados.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

Essa revisão tarifária foi fundamental, pois, além de dar condições para a renegociação da dívida, restabeleceu a atratividade do projeto, fortalecendo o interesse dos eventuais parceiros.

Conforme orientação do Conselho de Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, a Eletronuclear realizou, em maio e junho de 2019, o processo de *Market Sounding* junto aos potenciais parceiros, detentores e proprietários de tecnologia de usinas nucleares à água pressurizada (PWR), com experiência em construção e comissionamento de usinas nucleares e atuação internacional no setor nuclear. Após convites e confirmações de interesse em participar desta etapa, as empresas que participaram deste processo foram: *Électricité de France* - EDF e Framatome (ambas da França), *Rosatom State Atomic Energy Corporation* (Rússia), *China National Nuclear Corporation* - CNNC e *State Nuclear Power Technology* - SNPTC (ambas chinesas), *Korea Electric Power Corporation* - KEPCO (Coreia) e *Westinghouse* (EUA). Os potenciais parceiros enviaram seus questionamentos sobre o documento recebido e suas considerações sobre os modelos propostos, que foram apresentadas durante reuniões individuais com cada potencial parceiro interessado na viabilização de Angra 3. O relatório com os resultados do processo foi encaminhado à Eletrobras, MME e CPPI em julho de 2019. É importante ressaltar que grande parte dessas empresas já visitaram o sítio e estabeleceram Memorandos de Entendimento com a Eletronuclear para troca de informações sobre o Projeto.

Em 16 de julho de 2019, foi publicado o Decreto Presidencial nº 9915/2019 que qualificou Angra 3 no Programa de Parceria de Investimentos - PPI. O mesmo Decreto criou um Comitê Interministerial para conduzir o processo de definição do modelo de negócio a ser efetivamente adotado. O Comitê é formado por representantes do MME, Ministério da Economia, do PPI e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O parágrafo único do artigo 2º do aludido decreto presidencial prevê que a Eletronuclear contrate estudos independentes para suportar a decisão final do CPPI, na seleção do modelo.

Em 25 de outubro de 2019, foi assinado o contrato com o BNDES para a estruturação do modelo jurídico, econômico e operacional junto à iniciativa privada para a construção, manutenção e exploração de Angra 3. O escopo do trabalho inclui a avaliação independente do trabalho de modelagem realizado pela Eletronuclear anteriormente, conjuntamente com a Alvarez & Marsal, e recomendação sobre modelo de negócios mais adequado a ser adotado para a conclusão de Angra 3, bem como estruturação, condução e conclusão do processo de seleção de um parceiro e dos atos contratuais decorrentes.

A minuta do relatório com os resultados da fase 1, com a indicação do modelo, foi entregue em janeiro de 2020.

Em 10 de junho de 2020, após validação do Comitê Interministerial, o modelo alternativo proposto no relatório final da primeira fase do trabalho realizado pelo BNDES, para a viabilização da retomada do empreendimento de Angra 3, foi aprovado em reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, dando início à segunda fase do contrato no qual está prevista a

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

estruturação do modelo proposto. O documento recomendou a contratação de uma empresa especializada por contrato de EPC - o que significa engenharia, gestão de compras e construção, na tradução do inglês - para terminar a obra, com base em avaliação independente feita pelo BNDES. Após a entrega do modelo proposto de retomada, o banco iniciou a fase seguinte, com o detalhamento do modelo selecionado. Nessa reunião, o CPPI também decidiu que, uma vez que a equalização do empreendimento não carece necessariamente de uma parceria nos moldes do programa do PPI, o projeto seja encaminhado ao CNPE que fará o acompanhamento do trabalho elaborado pelo BNDES.

Apesar da decisão final pela contratação de uma empresa especialista para conclusão de Angra 3, o CPPI abriu espaço para a entrada de um sócio no empreendimento, afirmando que essa seria uma escolha estratégica da Eletronuclear. Caso a Eletronuclear resolva efetivamente selecionar um parceiro, este teria participação minoritária pois a exploração da energia nuclear no Brasil é monopólio da União, segundo a Constituição. Grandes empresas da área nuclear já demonstraram interesse na conclusão de Angra 3.

Os trabalhos conduzidos pelo BNDES, em sua fase 2, concentram-se na realização da *Due Diligence* Técnico-Operacional pelo consórcio formado pelas empresas Tractebel Brasil, Tractebel Bélgica e Empresários Agrupados (Espanha), contratadas pelo BNDES. Os trabalhos tiveram início em julho de 2021 e a segunda revisão da versão final do relatório da fase 2 foi entregue. Também estão em curso a *Due Diligence* Jurídica, a *Due Diligence* Contábil-Patrimonial, a Avaliação Ambiental e do licenciamento nuclear e a Avaliação de Recursos Humanos e previdenciária. Além disso tiveram início os trabalhos da Assessoria Financeira. Adicionalmente, os seguintes serviços técnicos especializados necessários à estruturação do modelo estão em fase de contratação pelo BNDES: Modelagem da reestruturação; Assessoria Jurídica; Assessoria de Comunicação; Outros Serviços Especializados.

Em paralelo ao trabalho desenvolvido pelo BNDES, após as respectivas apresentações do relatório para o Conselho da Eletrobras e da controlada Eletronuclear, foi solicitado um estudo adicional sobre riscos e alternativas caso a implementação do modelo proposto sofra atrasos em função de fatos não gerenciáveis pela empresa.

Em 17 de agosto de 2020, na esteira da aprovação pelo CPPI, em junho de 2020, do relatório do comitê interministerial sobre o modelo de negócios para concluir Angra 3, a Eletrobras aprovou o Plano de Aceleração da Linha Crítica do empreendimento, com a previsão de aporte na controlada Eletronuclear, por meio de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de cerca de R\$ 1.052.181 no ano de 2020 e de aproximadamente R\$ 2.447.464 em 2021, para viabilizar a retomada das obras de construção de Angra 3. O montante total do AFAC consta no Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG (2020-2024) da Eletrobras.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

Os aportes iniciais aprovados no âmbito do Programa de Aceleração da Linha Crítica serão realizados pela Eletrobras na Eletronuclear por meio de AFAC conforme o contrato ECF-3387, formalizado entre as partes em 05 de agosto de 2020.

O principal objetivo do plano de aceleração é preservar a data de entrada em operação da usina, prevista para fevereiro de 2028. O Plano de Aceleração ocorrerá paralelamente à execução da fase 2 do detalhamento do modelo selecionado pelo CPPI para conclusão de Angra 3 e não concorre com a solução para o projeto completo que vem sendo trabalhada pelo BNDES. Trata-se de uma ação corporativa com vistas a preservar o valor do empreendimento, sendo, portanto, complementar àquela.

Entre as principais medidas que constam no Plano de Aceleração da Linha Crítica está a conclusão da superestrutura de concreto do edifício do reator de Angra 3 e o avanço de parte importante da montagem eletromecânica. Para viabilizar esse plano é necessária a contratação de uma empresa que será responsável por finalizar os projetos de engenharia e uma empreiteira para realizar as obras civis e a montagem eletromecânica.

Somam-se à lista de atividades para o retorno efetivo do projeto de Angra 3 a retomada de alguns contratos de fornecimento para o empreendimento que estavam suspensos ou paralisados, além do início do processo de licitação para contratação de novos fornecedores para atendimento das necessidades do empreendimento. Para tal foi firmado contrato com o escritório Veirano Advogados, que está auxiliando a Eletronuclear no processo de retomada dos contratos de fornecimento de Angra 3. Como consequência disso, contatos foram feitos com os fornecedores desses contratos, tendo-se iniciado o processo de renegociação caso a caso.

Em janeiro de 2021, houve aprovação do descontingenciamento dos recursos necessários para a Eletronuclear publicar o edital de contratação da obra civil de Angra 3. Em 25 de fevereiro de 2021, a Eletronuclear publicou, no DOU, o edital para contratação da empresa que retomará a obra civil de Angra 3 e realizará parte da montagem eletromecânica.

Em 29 de junho de 2021, foi realizada sessão pública para abertura das propostas da licitação para contratação da empresa responsável pela execução dos serviços de obras civis, no âmbito do Plano de Aceleração do Caminho Crítico. O licitante melhor classificado apresentou os documentos de habilitação para serem analisados.

Após análise e aprovação da documentação do licitante, o resultado foi divulgado em sessão pública realizada em 23 de julho de 2021, quando a Eletronuclear declarou o consórcio composto por Ferreira Guedes, Matricial e ADtranz vencedor da licitação. O lance vencedor significou deságio de aproximadamente 16% em relação ao valor de referência. Após o fim da fase recursal da licitação, as empresas vencedoras foram submetidas a uma avaliação de *compliance*, antes de o processo ser encaminhado para homologação.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

A assinatura do contrato ficou pendente, à época, da aprovação do Conselho de Administração da Eletrobras. Para dar suporte à decisão, a Eletronuclear realizou um estudo atualizado da tarifa de equilíbrio de Angra 3, incluindo cenários e análise de sensibilidade. Para realização do estudo mencionado, foi firmado em setembro de 2021 um aditamento contratual específico com a consultora Alvarez & Marsal que apresentou os resultados para a Eletronuclear e para Eletrobras.

Em 28 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração da Eletrobras autorizou a assinatura do contrato com o consórcio composto por Ferreira Guedes, Matricial e *ADtranz* para realização das obras civis. Em ato contínuo, o contrato foi assinado em 9 de fevereiro de 2022. Será realizada outra licitação para contratar a empresa ou o consórcio que vai finalizar as obras civis e a montagem eletromecânica da usina.

Em que pesem as necessidades para a viabilidade de conclusão do empreendimento “Angra 3” estejam endereçadas no mais alto nível da administração governamental, por meio de esforços conjuntos do poder executivo e coordenados pelo MME, a Eletronuclear tem, juntamente com a ENBPar e Eletrobras, buscado alternativas para mitigar os riscos de liquidez de curto prazo, sendo estas alternativas alcançadas por meio de alívios no seu fluxo de caixa, sob a forma de manutenção de suspensões de pagamentos de amortizações em contratos de financiamentos junto à Eletrobras.

Do ponto de vista legal e jurídico, em 01 de setembro de 2020, foi editada a Medida Provisória nº 998 de 2020 (DOU de 02 de setembro de 2020), que trazia diversos aspectos relevantes do Setor Elétrico Brasileiro e um artigo dedicado especificamente ao projeto de Angra 3, estabelecendo novos parâmetros para outorga da usina, além da autorização para celebração de um novo Contrato de Energia de Reserva - CER e, principalmente, definindo que o preço de venda da energia deverá garantir a viabilidade econômico-financeira do projeto. A referida MP foi aprovada na Câmara dos Deputados em 17 de dezembro de 2020 na forma de Projeto de Conversão de Lei – PLC nº 42/2020 e depois pelo Senado Federal em 04 de fevereiro de 2021.

Em 01 de março de 2021, o texto da MP 998/20 foi sancionado pelo Sr. Presidente da República e convertida na Lei nº 14.120/2021. A Lei estabelece um marco legal para diversas questões relacionadas ao empreendimento, dando segurança jurídica para que a Eletronuclear possa investir na retomada da usina.

Uma das mais importantes é a rescisão do contrato de energia de reserva existente, sem prejuízo às partes envolvidas, além da pactuação de um novo contrato, com preço da energia que atenda à rentabilidade do empreendimento e à modicidade tarifária. Neste sentido, salienta-se que a Resolução 14, de 9 de outubro de 2018, que define o preço de referência para Angra 3, continua vigente e que os estudos em andamento do BNDES, que conta com uma *due diligence* técnico-operacional realizada pelo consórcio composto pelas empresas Tractebel Brasil, Tractebel Bélgica e Empresários Agrupados (Espanha), contratados pelo banco de fomento, conterão informações mais atualizadas com a realidade da usina. Haverá, ainda, conforme previsto no texto sancionado,

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

a apropriação para o preço de energia dos possíveis ganhos que venham a ocorrer durante o processo competitivo de contratações de fornecedores para a conclusão do empreendimento.

Ainda conforme a lei sancionada, o prazo de suprimento do novo contrato de energia de reserva será de 40 anos, a partir do início da operação comercial e caberá ao CNPE autorizar a celebração desse novo instrumento contratual e dar outorga – ou seja, a permissão de operação da usina, que terá um prazo de 50 anos, prorrogáveis por mais 20 anos.

Em 20 de outubro de 2021, foi publicado no Diário Oficial da União - DOU a Resolução CPPI nº 203, de 19 de outubro de 2021, que aprovou as condições para o processo de desestatização da Eletrobras e que em seu item XII do artigo 11º define que a Eletrobras e a ENBPar, que será a nova *holding* da controlada Eletronuclear, devem celebrar acordo de investimento prevendo a participação das partes na obtenção de novas captações de financiamento para o projeto de Angra 3, seja como repassadoras de mútuo ou como garantidoras na proporção de suas participações acionárias na Eletronuclear (nota explicativa 1).

Em 22 de outubro de 2021, foi publicado no DOU a Resolução CNPE nº 23, de 20 de outubro de 2021, que estabeleceu as diretrizes gerais para a definição do preço de energia da usina de Angra 3, a ser calculada pelo BNDES, considerando a viabilidade econômico-financeira do projeto no prazo do Contrato de Comercialização de Energia da planta assim como sua financiabilidade em condições de mercado. A Resolução ratifica que o preço da energia elétrica produzida por Angra 3 será o resultante dos estudos do BNDES, e considerará a viabilidade econômico-financeira do empreendimento tendo em vista o custo de capital próprio de 8,88% ao ano, em termos reais, os investimentos necessários para conclusão do empreendimento e o pagamento das dívidas novas e pré-existentes. Além disso, a resolução confirma que as reduções de custos decorrentes da existência de competição em contratações de fornecedores para conclusão do empreendimento deverão ser incorporadas de forma a reduzir o preço da energia elétrica de Angra 3. Também foi estabelecido que a Empresa de Pesquisa Energética - EPE será ouvida em relação ao impacto ao consumidor previamente à aprovação do preço.

Em 30 de dezembro de 2021 foi encaminhado pelo Consórcio Angra Eurobras NES, contratado pelo BNDES para os serviços de *Due Diligence* e Assessoria Técnica na revisão do *Capex* e Cronograma do empreendimento de Angra 3, a versão preliminar do Relatório Final. Esse relatório está em fase de avaliação e comentários. O trabalho aponta um custo de conclusão de R\$ 21,042 bilhões e a data de entrada em operação como sendo fevereiro de 2028.

Em 2021, a Eletronuclear encomendou à A&M uma atualização do estudo da tarifa de equilíbrio que foi entregue no início de janeiro 2022, considerando as novas estimativas de valores de *Capex*, avaliados de forma independente e indicados no estudo do Consórcio Angra Eurobras NES, mantendo a data estimada de entrada em operação comercial como sendo 29 de novembro de 2027, bem como todos os parâmetros aplicados ao Projeto e garantidos por meio da Resolução CNPE nº 23/2021.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

Em 10 de maio de 2022, a Diretoria Executiva da Eletronuclear aprovou a nova data de Início de operação de usina de Angra 3 como sendo fevereiro de 2028, conforme Relatório Final preparado pelo Consórcio liderado pela Tractebel, contratado pelo BNDES para a *Due Diligence* Técnica de Angra 3, no âmbito dos estudos que estão sendo realizados para viabilizar o empreendimento.

Em 4 de novembro de 2022, o BNDES submeteu à Eletronuclear os relatórios completos de modelagem financeira juntamente com as minutas de edital e contrato para a licitação dos serviços de EPC para a conclusão do empreendimento. Esses relatórios estão em análise para aprovação pela governança da Eletronuclear. Uma vez aprovados, serão apreciados pelo Tribunal de Contas da União, conforme fluxograma detalhado acima.

32 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

32.1 - Transações com Entidades Governamentais

A Companhia e suas controladas mantém transações com entidades governamentais, sob controle comum, no curso de suas operações. Os saldos das principais transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	ENBPar	Eletronuclear	INB
Ativo			
Poder Público Federal - Banco Brasil	2.422.758	4.886.606	985.194
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal	-	50.249	-
Passivo			
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal	-	(2.880.412)	-
Poder Público Federal - BNDES	-	(3.230.505)	-
	2.422.758	(1.174.062)	985.194

32.1 – Transações com o Grupo

32.1.1 – Combustível nuclear e Itaipu

	Eletronuclear	INB	Itaipu
Ativo			
Contas a receber - Eletronuclear	-	106	-
Estoque - INB	1.104.262	-	-
Imobilizado - INB	183.604	-	-
Ressarcimento de encargos - ENBPar	-	-	33.853
Passivo			
Fornecedores - INB	(107)	-	-
Adiantamento de clientes - Eletronuclear	-	(1.310.151)	-
Fatura processada Itaipu - ENBPar	-	-	(1.543.248)
Resultado			
Receita - Eletronuclear	-	2.626	-
Ressarcimento de encargos - ENBPar	-	-	12.009
Fatura processada Itaipu - ENBPar	-	-	(1.970.308)
	1.287.759	(1.307.419)	(3.467.694)

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

Contrato firmado em 24/02/2022 para fornecimento de Elementos Combustíveis para 05 (cinco) recargas da usina Nuclear de Angra 1 e 05 (cinco) recargas da usina Nuclear de Angra 2, pelo valor total de R\$ 6.553.463.319,01 (seis bilhões, quinhentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, trezentos e dezenove reais e um centavo), a ser fornecido pela INB.

A íntegra das informações referentes a transações com partes relacionadas está descrita na nota explicativa nº 32 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2022.

32.2 - Remuneração do pessoal-chave

A remuneração do pessoal-chave da Companhia e suas controladas (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal) no ano de 2023, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Remunerações e benefícios curto prazo Diretoria, Conselheiros e membros dos Comitês	1.158	3.133	2.527	9.339

33 – SEGUROS

	Vigência	Valor Segurado	Prêmio Equivalente
Riscos nucleares:		20.300.262	29.163
Danos materiais	10/2023	18.543.460	20.412
Responsabilidade civil	10/2023	1.756.802	8.751
Riscos de Engenharia:		11.769.031	10.397
Construção	08/2023	3.635.223	3.269
Responsabilidade civil	08/2023	30.000	270
Armazenamento de equipamentos	08/2023	8.103.808	6.858
Riscos Operacional:		952.800	8.353
Unidades industriais	10/2023	680.800	8.353
Transporte internacional – avarias no estoque	08/2023	272.000	-
Outros		842.213	5.176
D&O	04/2023	70.000	2.295
Seguro de vida em grupo e acidentes pessoais	10/2023	228.496	2086
Diversos		543.717	795
TOTAL		33.864.306	53.089

34 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS REGULATÓRIOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia e suas controladas possuem outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos e cujas

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 30 de junho de 2023. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica, à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica, aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e à aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

34.1 – Venda de energia elétrica

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.11, da Lei nº 12.111/2009 e mediante a edição da Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do SIN, de acordo com as cotas-partes estabelecidas pela ANEEL para o período de 2023 a 2030. A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.164/2022 estabeleceu a receita fixa de R\$ 4.662.204 para o ano de 2023, relativa às Centrais de Geração Angra 1 e 2.

Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela ANEEL, as atualizações da receita fixa das usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

- Reajustes tarifários anuais, representados pela atualização inflacionária dos valores do período;
- Revisões tarifárias a cada intervalo de três anos;
- Revisões extraordinárias poderão ser realizadas por solicitação da Eletronuclear ou por iniciativa da ANEEL, para cobertura de custos excepcionais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.

	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Concessionárias	3.496.653	4.662.204	4.662.204	4.662.204	4.662.204	13.986.612	36.132.081

* Compromisso referente e abril/2023 a dez/2023.

34.2 – Combustível nuclear

Contratos assinados entre a INB e Eletronuclear, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de Angra 3 conforme quadro demonstrativo a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Combustível nuclear	615.600	1.041.304	1.407.759	1.606.751	1.285.702	285.109	6.242.225

34.3 – Compromissos socioambientais

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais a Eletronuclear se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais, vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA conforme quadro demonstrativo a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Compromisso Socioambiental	87.126	99.514	94.574	82.895	69.938	434.047

34.4–Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das usinas Angra1, 2 e 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos conforme quadro demonstrativo a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Fornecedores	645.841	1.201.736	604.223	282.345	26.359	3.218	2.763.722

35 – EVENTOS SUBSEQUENTES**35.1 – Liquidação antecipada do pagamento da Transferência da Participação Societária da Itaipu Binacional da Eletrobras para a ENBPar**

Em março de 2023, os Conselhos de Administração da ENBPar e da Eletrobras aprovaram a liquidação antecipada do saldo da dívida do contrato de Transferência da Participação Societária da Itaipu conforme previsão estabelecida no referido contrato. A operação foi liquidada em 18 de abril de 2023 no montante de R\$ 918.673.

35.2 – Destinação de Reservas aprovadas em Assembleia Geral Ordinária

Em 25 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária não acatou integralmente a proposta da Administração quanto a destinação do resultado deliberando a transferência do montante da reserva de capital para a reserva de lucros para investimentos, no montante de R\$ 75.450 conforme previsto na Lei nº 6.404/76.

35.3 - Embargo da obra de Angra 3

Em 19 de abril de 2023, a Eletronuclear foi autuada, por meio de “Auto de Embargo”, com fundamento no art. 94, inciso II da Lei Municipal de Angra dos Reis nº 2087/09, por, supostamente, ter executado obras da usina nuclear de Angra 3 em “desacordo com o projeto aprovado, licença para construir ou as prescrições do Código de Obras e das demais leis urbanísticas”. Até a data de aprovação destas Demonstrações Financeiras, a Eletronuclear não teve acesso ao processo administrativo, eventualmente vinculado aquele auto, não sendo possível identificar as alegadas razões de seu descumprimento. A Eletronuclear apresentará no prazo legal conferido (20 dias a partir da data de notificação) a defesa administrativa contestando o Embargo – tanto em razão de flagrante nulidade (ausência de processo administrativo, falta de motivação, ausência de elementos

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

probatórios, entre outros) e, no mérito, por falta de amparo legal. Na hipótese de insucesso na esfera administrativa, a Eletronuclear irá adotar as medidas judiciais cabíveis.

35.4 - Incidente operacional na usina nuclear de Angra 1

Em 11 de abril de 2023, a Eletronuclear foi intimada da instauração da Ação Civil Pública – (“ACP”), originária no processo nº 5000400-21.2023.4.02.5111, junto à 1ª Vara Federal de Angra dos Reis, de autoria do Ministério Público Federal, tendo como assistentes litisconsorciais do autor o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o Município de Angra dos Reis e o IBAMA. A instauração do referido processo se refere ao incidente operacional ocorrido na data de 16 de setembro de 2022, quando durante a realização da parada da usina de Angra 1, para reabastecimento e troca de combustível nuclear, com o reator desligado, foi verificado que, houve a liberação não programada de aproximadamente 90 litros de água radiologicamente contaminada na canaleta da laje sob os casulos das referidas válvulas 1. Nos dias 16 e 17, por ocorrência das chuvas, ocorreu o carreamento deste material para o ralo do sistema de drenagem de águas pluviais pertencente ao terraço do Edifício Auxiliar Norte, para os sistemas de coleta de águas gerais da usina e, daí, para o Canal de Lançamento Sul.

Em reunião preparatória para a Audiência Pública da Câmara dos Vereadores de Angra dos Reis, ocorrida em 12 de abril de 2023, ficou acordado que a Eletronuclear apresentaria recurso dessa decisão, apenas no que tange à abrangência da publicação, tendo em vista a desproporcionalidade da medida que determinou a veiculação em jornal e televisão com abrangência nacional. De tal modo, foi apresentado Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo – este deferido até o julgamento do mérito recursal. É dizer, a decisão antecipatória da tutela, no ponto em que se relaciona ao âmbito de divulgação das informações, não está produzindo efeitos no momento. A defesa da Eletronuclear será apresentada somente após a realização de audiência de conciliação, ainda sem designação.

A avaliação inicial da expectativa de perda da ACP pela Eletronuclear é de PERDA POSSÍVEL. Após a primeira decisão de mérito, poderá haver a revisão da classificação de risco, a depender do seu teor. O valor processual atribuído à causa foi de R\$ 101.212 para reparar eventuais danos ambientais. No entanto, a estimativa de seu efeito financeiro ainda não pode ser feita pela Eletronuclear pois: (i) há pedidos relativos à obrigação de fazer e não fazer, cuja mensuração não se faz possível no momento; (ii) eventual dano ambiental deverá ser primeiramente apurado e, posteriormente quantificado através de perícia.

Notas explicativas

Informações financeiras intermediárias – em 31 de março de 2023

*(Em milhares de reais)***35.5 – Transferência dos Programas de Governo**

Em junho de 2023 a ENBPar passou a ser a gestora dos programas governamentais BUSA, RGR, Procel e Proinfa.

Luís Fernando Paroli Santos

Diretor Presidente

Armando Casado de Araújo

Diretor de Finanças

Stênio Schneider Cardona Rocha

Superintendente de Contabilidade

CRC – DF 019.744/O

Erica Rocha Vinhal

Gerente de Gestão de Ativos e

Demonstrações Financeiras

CRC – DF 015.987/O

Gustavo de Sousa Avelino

Gerente de Contabilidade Geral e

Planejamento Fiscal e Tributário

CRC – DF 021.828/O